

USO DA CONTABILIDADE AMBIENTAL NAS EMPRESAS

¹*Ana Cristina de Castro Alves*, ²*Robernei Aparecido de Lima*.

1 – Rua Benedito Andrade, 1205 – Galo Branco – 12247-540 – São José dos Campos, São Paulo –
administracao@aaajc.org.br

2 – Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade do Vale do Paraíba. Av. Sishima Hifume, 2911 –
Urbanova, 12244-000 – São José dos Campos, São Paulo –
robernei@univap.br

Resumo: A nova consciência ambiental atualmente ganhou novas dimensões e situou o meio ambiente como um dos princípios fundamentais do homem e das empresas modernas, devido a crescente e assustadora degradação ambiental. Sendo assim, esse trabalho propõe a Contabilidade Ambiental como uma ferramenta essencial para que as empresas possam gerir seus recursos e promover ações de manutenção e preservação dos recursos naturais que são explorados e/ou utilizados pela mesma para produção de produtos e serviços, sem perder de vista a lucratividade e a responsabilidade social que é intrínseca nas empresas modernas é apresentado nesse trabalho conceitos significativos da Contabilidade da Gestão Ambiental e apresentando como resultado final um modelo de Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício, voltados principalmente para as empresas dos setores que mais promovem ou decorrem de impactos ambientais.

Palavras-chave: Ativos; passivos; receita ambiental; custos; gastos;

Área do Conhecimento: VI Ciências Sociais Aplicadas

Introdução

A contabilidade segundo Henri Fayol (1970): “O órgão de visão das empresas. Deve revelar, a qualquer momento, a posição e o rumo do negócio. Deve dar informações exatas, claras e precisas sobre a situação econômica da empresa”.

É crescente a nível mundial a preocupação com a riqueza das células sociais em relação ao meio ambiente natural, bem como, o impacto que as ações empresariais no uso e/ou exploração de riquezas naturais, influenciarão no futuro de tais empresas. Tanto é que se criou a Contabilidade Ambiental algumas vezes chamada também Contabilidade dos Recursos ou Contabilidade Econômica e Ambiental Integrada.

Materiais e Métodos

Este trabalho foi desenvolvido através de uma pesquisa bibliográfica e, consulta de sites correlacionados ao tema “Contabilidade” + “Meio Ambiente”, além de envio de e-mails a empresas da região do Vale do Paraíba, que estão mais envolvidos com a preservação do meio ambiente, dentre elas se destaca, unicamente, a empresa Petrobrás – São José dos Campos, a qual respondeu ao e-mail e que forneceu algumas diretrizes para a pesquisa científica. A partir desse ponto o trabalho ficou focado exclusivamente na

consulta e fichamento das referências bibliográficas pesquisadas.

Considerações iniciais

A contabilidade Ambiental constitui-se numa das vertentes da Contabilidade, particularmente serve para evidenciar e espelhar a relação das empresas e da Nação com o meio ambiente (Tinoco; Kraemer, 2004).

Segundo Tinoco e Kraemer (2004) destaca em particular os gastos e ações ambientais que decorrem das atividades operacionais das empresas, ao reconhecerem a existência de compromissos com o meio ambiente; aborda, ademais, o tratamento dispensado aos eventos ambientais do processo produtivo, além de focalizar medidas preventivas que contribuam para um reforço de sua imagem perante a opinião pública, e para ajuda-las evitar problemas legais futuros.

Toda célula social tem uma função social e tem obrigação de não poluir o ambiente natural onde ela está localizada (espacialidade). A empresa deve contribuir, precisa investir em preservações ambientais, mas, também, necessário se faz que os Poderes Públicos incentivem e compreendam esta tendência. Tudo deve convergir para o objetivo maior e que é o da sobrevivência da espécie humana sobre a terra.

Aspectos fundamentais da Contabilidade Ambiental.

I – Gastos e Custos Ambientais: Gastos ambientais estão embutidos na maioria das ações das empresas, estão em grande parte ocultos em etapas do processo produtivo e nem sempre são facilmente identificáveis, como o design de novos produtos, por exemplo (Tinoco; Kraemer, 2004). Permitindo assim, a possibilidade de gerar provisões ambientais através de lançamento contábeis em que se lança a débito uma conta de despesa ambiental e a crédito uma conta de provisão para restauração ambiental.

Segundo Tinoco e Kraemer (2004,p.168) para cálculo dos custos ambientais totais da empresa soma-se o custo dos materiais desperdiçados, despesas de manutenção e de depreciação e do trabalho com custos de salvaguarda ambiental, como segue na tabela a seguir:

Tabela 1: Custos ambientais totais da empresa.

Custos de salvaguarda ambiental (tratamento e prevenção)

+ Custos dos materiais desperdiçados

+ Custos das perdas de capital e trabalho

= Custos ambientais totais da empresa

Fonte: Divisão para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (2001)

II – Classificação dos custos ambientais: Basicamente os custos ambientais são classificados em Custos Externos e Custos Internos.

II.a) Custos Externos: são os custos que podem incorrer como resultado da produção ou existência da empresa.

II.b) Custos Internos: são os custos que estão relacionados diretamente com a linha de frente da empresa, e incluem os custos de preservação ou manutenção e são fáceis de ser identificados (Tinoco;Kraemer; 2004).

Além disso, os custos ambientais internos podem ainda serem subdivididos em : custos diretos, custos indiretos e custos contingentes ou intangíveis:

II.b1) Custos diretos: podem ser apropriados para um produto, tipo de contaminação ou programa de prevenção de contaminação em particular;

II.b2) Custos indiretos: são aqueles que têm vínculo causal direto com o processo e a gestão ambiental, tais como treinamento ambiental, manutenção de registros e apresentação de relatórios.

II.b3) Custos contingentes ou intangíveis: são, de maneira geral, potenciais custos internos futuros, que podem impactar nas operações efetivas da empresa.

Deve-se considerar ainda, em decorrência dos processos empresariais a existência de outros tipos de custos, os quais são:

III.a) Custos potencialmente ocultos: são os ligados a todas as atividades que a empresa desenvolve para manter-se em conformidade com as leis e políticas ambientais vigentes;

III.b) Custos convencionais: incluem os custos que recebem mais atenção da Contabilidade Gerencial, pois estão associados aos aspectos ambientais tangíveis de tais processos ou atividades.

III.c) Custos com contingências: são os gastos que podem ou não ocorrer devido a futuros custos de regulamentações, multas e penalidades, recuperação de recursos ambientais danificados etc.

III.d) Custos de imagem e relacionamento: envolvem a percepção e o relacionamento que os acionistas, comunidades e governo desenvolvem com a companhia.

Conceituação de Ativos Ambientais.

Na literatura contábil existe duas conceituações importantes que fundamentam a classificação para Ativo Ambiental, são elas:

Segundo Hermanson (1964), “ Ativo são recursos escassos operando na entidade, capazes de serem transferidos por força da economia, reportados em termos financeiros e que foram adquiridos como resultado de transações atuais ou realizadas no passado, e que possuem capacidade de gerar benefícios econômicos futuros.”, e segundo Martins (1972) acrescenta ainda, “ Ativo é o futuro resultado econômico que se espera obter de um agente e *Valor econômico de um ativo* é o valor atual máximo dos resultados econômicos futuros esperados, no qual a taxa de desconto é a do custo de oportunidade de igual risco.”

Sendo assim, pode-se definir como Ativo Ambiental, os benefícios que dão-se através de: aumento da capacidade ou aumento da segurança/eficiência de outros ativos próprios da empresa; redução ou prevenção de provável

contaminação ambiental resultante de futuras operações, ou, ainda, conservação do meio ambiente.

Os Ativos Ambientais são os bens adquiridos pela companhia que têm como finalidade controle, preservação e recuperação do meio ambiente. Os gastos de tratamento de contaminação ambiental podem ser classificados como Ativo Permanente, quando: forem recuperáveis; proporcionarem aumento de vida útil, capacidade ou melhoria de segurança e economia; e forem incorridos durante o preparo do ativo para a venda (Tinoco e Kraemer, 2004,p.177).

Conceituação de Passivo Ambiental

Os passivos ambientais normalmente são contingências formadas em longo período, sendo despercebidos às vezes pela administração da própria empresa, conforme Ribeiro e Gratão (2000). Sendo assim, existem três tipos de obrigações decorrentes do Passivo Ambiental, são elas:

1.) Legais ou Implícitas: quando a entidade tem uma obrigação presente legal como consequência de um evento passado. Essa obrigação legal surge de um contrato, legislação ou instrumento de Lei;

2.) Implícita: é a que surge quando a entidade, por meio de práticas do passado, políticas divulgadas ou declarações feitas, cria uma expectativa válida frente a terceiros e por conta disso, assume um compromisso;

3.) Construtivas: são aquelas que a empresa propõe-se a cumprir espontaneamente, excedendo as exigências legais;

4.) Justas: refletem a consciência de responsabilidade social, ou seja, a empresa as cumpre em razão de fatores éticos e morais.

Origem do Passivo Ambiental.

Conforme a professora de economia da UFRJ, Dália Maimon: “O passivo ambiental é avaliado mediante auditoria especializada nas unidades produtivas da empresa, identificado a não conformidade com os requisitos legais e com sua política ambiental. Em seguida, faz-se a avaliação da área contaminada para que finalmente as soluções sejam valorizadas monetariamente”. Ainda segundo a professora referida: “As três principais categorias de custos que compõem o passivo ambiental são: (1) Multas, taxas e impostos a serem pagos face a inobservância de requisitos legais; (2) Custos de implantação de procedimentos e tecnologias que possibilitam o atendimento às não conformidades;

(3) Dispendios necessários à recuperação da área degradada e indenização à população afetada”.

Reconhecimento Passivo Ambiental.

Despesas do exercício atual: Os passivos ambientais que se originam em despesas (insumos ou serviços necessários à realização do processo de recuperação, totalmente consumidos) devem ser contabilizados em contrapartida a uma conta de resultado à medida que o fato gerador ocorre;

Resultados de exercícios anteriores: o passivo ambiental poderá decorrer de eventos passados. Trata-se de fatores ocorridos em exercícios anteriores que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

Ativos permanentes de natureza ambiental: os bens adquiridos podem originar passivo ambiental, em contrapartida a um ativo ambiental.

Riscos ambientais potenciais: quando correlacionados com riscos e incertezas a que a empresa está sujeita, os passivos ambientais adquirem características de contingências, podendo ocorrer de três situações, conforme Ribeiro(1992), os quais são: iniciativa Própria; reivindicações de terceiros e exigibilidade das legislações ambientais.

Contingências: Uma exigibilidade contingente é uma obrigação que pode surgir dependendo da ocorrência de um evento futuro. Conforme Ribeiro e Lisboa (2000), podem apresentar as seguintes características:

Cumprimento de exigências legais: quando atende às imposições legais ou face a penalidades; Indenização a terceiros por prejuízos causados: quando há deposição de resíduos ou elementos tóxicos no meio ambiente; Prevenção em relação a eventos inesperados: no caso das indústrias consideradas poluentes, a prevenção se faz dentro da organização à medida que se criam meios para evitar a externalização da poluição.

Levantamento de passivos ambientais: o levantamento do passivo ambiental de um empreendimento significa identificar e caracterizar os efeitos ambientais adversos, de natureza física, biológica e antrópica, (vegetação resultante sobre a natural provocada pela ação do homem), proporcionados pela construção, operação, manutenção, ampliação ou desmobilização de um empreendimento ou organização produtiva. o passivo ambiental.

Mensuração do passivo ambiental: O passivo ambiental deve ser reconhecido nos relatórios financeiros se é de ocorrência provável e pode ser estimado levando em consideração as

seguintes ocorrências prováveis, os quais são: Custos incrementais diretos que podem ocorrer por reparação; Custos de salários e encargos sociais aos trabalhadores vinculados ao processo de restauração ambiental; obrigações de controle após a reparação dos danos ambientais; e progresso tecnológico à medida que seja provável que as autoridades públicas recomendem a utilização de novas tecnologias.

Resultados

Demonstrações contábeis adaptadas ao meio ambiente.

Um exemplo de demonstração de balanço Patrimonial e demonstração do resultado do Exercício, adaptadas à Contabilidade Ambiental. Esse exemplo focaliza especialmente empresas dos setores siderúrgicos, petroquímico, celulose e papel, cana-de-açúcar, mineração etc., em decorrência dos impactos ambientais que proporcionam.

ATIVO	PASSIVO
CIRCULANTE	CIRCULANTE
<i>Disponível</i>	<i>Empréstimos e</i>
<i>Créditos</i>	<i>Financiamentos</i>
	<i>Fornecedores</i>
<i>Estoques</i>	<i>Obrigações</i>
	<i>Provisões</i>
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO PERMANENTE	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO
<i>Investimentos</i>	<i>Fornecedores</i>
	<i>Obrigações</i>
<i>Imobilizado</i>	<i>Provisões</i>
<i>Diferido</i>	RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS PATRIMÔNIO LÍQUIDO
	Capital Social
	Reservas de Lucros
	Reservas de Capital
	Lucros e Prejuízos Acumulados
TOTAL DO ATIVO	TOTAL DO PASSIVO

Conclusão

A contabilidade não pode ficar fechada a escrituração e mensurações quantitativas do patrimônio da empresa. Ela deve estar aberta a evolução tecnológica e as mudanças rápidas do mundo moderno. Estar presente na luta pela preservação ambiental natural. Criando modelos contábeis eficazes e orientando o empresário na aplicação destes modelos para satisfazer as necessidades da riqueza da empresa com eficácia

e também satisfazer com eficácia as necessidades do meio ambiente natural.

Pouco adianta, para fins humanos, que estejamos a apenas demonstrar que se investiu tanto ou quanto na solução de problemas ecológicos ou em interesses sociais, se não conhecemos, pela reflexão, as bases lógicas de uma interação entre a célula e os seus entornos, entre a empresa e o meio em que vive., entre a instituição e a sociedade

Referências Bibliográficas

- [2]HERMANSON,Roger H. *Accounting for human assets*. Occasional Paper n.º14, Michigan State University, East Lansing Michigan,1964.
- [1]FAYOL, Henri. *Administração Industrial e Geral*. 8º. ed., São Paulo: Atlas, 1970.
- [1]MARTINS, Eliseu. *Contribuição à avaliação do ativo intangível*. 1972. Tese (doutorado) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. Universidade de São Paulo, São Paulo.
- [1]PAIVA, P.R.de.*Evidenciação de gastos ambientais: uma pesquisa exploratória no setor de celulose e papel*. 2001. Dissertação (Mestrado em contabilidade e Controladoria) - Universidade de São Paulo, São Paulo.
- [1]RIBEIRO,M. de Sousa. *Contabilidade e meio ambiente*.1992. Dissertação (Mestrado em contabilidade e Controladoria) - Universidade de São Paulo, São Paulo.
- [3]_____;Gratão, Ângela Denise. *Custos ambientais: o caso das empresas distribuidoras de combustíveis*.In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS,7.,2000, Recife.Anais do VII Congresso Brasileiro de Custos. Recife:RBC,2000.
- [2]_____;LISBOA, Lázaro Plácido. *Passivo ambiental*. Revista Brasileira de Contabilidade, Brasília, ano 29, n.º 126, p.8-19, nov./dez.2000.,
- [2]SÁ,A.L.de. *Progresso no campo da contabilidade aplicada aos fatos do ambiente natural*. Revista Pensar Contábil de Conselho Regional de Contabilidade do estado do Rio de Janeiro, rio de Janeiro, n.º 17, p.4-8, ago./out.2002.
- [1]TINOCO, João E.P.;KRAEMER,Elisabeth P.*Contabilidade e Gestão Ambiental*.São Paulo: Atlas, 2004.

SITE CONSULTADO

- [4]Considerações gerais sobre a contabilidade aplicada ao meio ambiente natural. <http://lopesdesa.com.br>.

